



EDITAL

TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2015

P R E Â M B U L O	
Processo Principal nº 5153/2015	
Fundamento Legal:	Esta licitação é regida pela Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, bem como a Lei 9.648/98 e demais normas pertinentes ou em outra que porventura vier a alterar, substituir ou complementá-la e ainda, nas condições estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.
Finalidade:	Contratação de empresa especializada para operação, manutenção de aterro sanitário.
Órgão Requisitante/Gestor:	Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
Capital Social Mínimo:	10%(Dez por cento) do valor estimado
Critério de Julgamento:	Menor Preço Global
Regime de Execução:	Indireta em Empreitada por Preço Global
Valor:	R\$ 300.490,44 (Trezentos mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos)
Prazo de Execução:	4 meses
Órgão Fiscalizador:	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Data:	03 de novembro de 2015
Horário:	14:00 horas
Local de Realização:	Rua Juiz Emilio Carmo, 71 – Centro – Paracambi/RJ

1 - OBJETO

- 1.1. **Objeto:** O Município de Paracambi contratará empresa, por meio da modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL”, para operação, manutenção do aterro sanitário, conforme discriminado neste Edital e em seus anexos.
- 1.2. Fica fixado o valor máximo de R\$300.490,44 (Trezentos mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos)) para custear a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos por meio da operação do Aterro Sanitário de Paracambi.
- 1.3. A Contratada deverá executar os serviços expressamente relacionados no Termo de Referência anexo.
- 1.5. A empresa se obriga a fornecer mão de obra para execução de serviço, ou seja, possuir em seu quadro de funcionários, pessoal capacitado para desenvolver o serviço, devendo fornecer todo o material necessário ao emprego da mão de obra, bem como deverá deixar o local limpo e organizado após a conclusão do serviço, sendo de sua inteira responsabilidade a manutenção e guarda de todos os equipamentos.
- 1.6. O objeto desta licitação será executado rigorosamente de acordo com a Planilha de Custos e Projeto Básico em anexos, que desde já fazem parte integrante do presente Edital e deverão ser observados com rigor.
- 1.7. No que tange ao gerenciamento de resíduos, fica desde já sobre a empresa vencedora a total responsabilidade sobre todo tratamento a ser dado aos resíduos provenientes deste serviço, conforme preconiza as Resoluções n.º 307, de 05/07/2002, n.º 357, de 17/03/2005 e n.º 397, de 03/04/2008 do Conselho Nacional do Meio Ambiente.



1.8. Com relação as Normas Regulamentadoras relativas ao serviço especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho NR n.º 04, Portaria n.º 3.214/78 da Delegacia do Trabalho – DRT, Lei 6.514/77 e demais legislações pertinentes, são de inteira e única responsabilidade da Contratada, o mesmo aplica-se ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, NR 07, Portaria MT n.º 8/96 e n.º 25/94.

2 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.1.2. Possuam em seu ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social (contendo demonstração de ramo de atividade coerente mesmo que de forma genérica com o objeto da licitação) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial e em caso, de Sociedade por Ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores.

2.1.3. Que compareçam à **Visita Técnica** e recebam o Atestado de visita que será fornecido pela Prefeitura com declaração de que a empresa licitante visitou o local da obra tendo tomado todas as informações e documentos das condições locais para cumprimento das obrigações deste Edital, devendo comparecer preposto credenciado pela empresa licitante, a Visita Técnica que será realizada impreterivelmente no dia **27/10/2015, às 10:00 horas**, devendo ser agendada com 2 (dois) dias de antecedência. Para a visita técnica a licitante credenciará qualquer pessoa por ela habilitada, com a devida inscrição no CREA, que receberá a comprovação de visita e assinará o termo de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

2.1.4. Estejam com o Certificado de Registro Cadastral, emitido previamente pela Comissão Permanente de Licitação, atualizado ou que atenderem todas as exigências para cadastramento até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante deste Edital e seus anexos.

2.1.5. Serão admitidas à licitação as empresas que apresentarem os documentos comprobatórios de habilitação jurídica e regularidade fiscal de acordo com as normas das leis: Lei Complementar 123 de 14/12/2006, Lei Municipal 2.325 de 05/11/2007 (ambas relacionadas a benefícios para com as ME e EPP) e Lei no 8.666/93 de 21/06/93.

2.2.1. Não poderão participar as empresas que:

2.2.2. As pessoas jurídicas punidas com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.

2.2.3. As pessoas jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666/93.

2.2.4. As pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público de Paracambi.

2.2.5. As pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada a integrantes do Poder Municipal de Paracambi (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção.

2.2.6. Uma Licitante ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta.

2.2.7. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Comissão Permanente de Licitação.

2.2.8. Não será permitida a participação de empresas em forma de consórcio, exercendo a Administração municipal a faculdade prevista no caput do artigo 33 da Lei Federal 8.666/93.

2.2.9. Empresas estrangeiras que não estejam regularmente estabelecidas no País.



2.2.10. Empresas declaradas inidôneas, com o direito suspenso de licitar e contratar com a Administração Pública.

2.2.11. Em consórcio ou grupo de empresas.

3 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Programa de trabalho 16.01.18.122.0069.2222- 33.90.39.00.00.00.00- despesa 944- Sec. Municipal de Meio Ambiente.

4- DAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO E DO CONTEÚDO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

4.1. As licitantes deverão apresentar documentação e proposta de acordo com o local, a data e o horário estabelecidos neste Edital, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, observando os subitens seguintes.

4.2. A documentação e a proposta deverão ser apresentadas em envelopes distintos, fechados, lacrados e identificados como segue:

ENVELOPE “A” - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

NOME E ENDEREÇO DA EMPRESA

TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2015

Processo Nº. 5153/2015

RAZÃO SOCIAL, CNPJ

ENVELOPE “B” – PROPOSTA COMERCIAL

NOME E ENDEREÇO DA EMPRESA

TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2015

Processo Nº. 5153/2015

RAZÃO SOCIAL, CNPJ

4.2.1. No envelope “A” deverá constar toda a documentação exigida para apreciar a habilitação para os lotes indicados pelo licitante.

4.2.2. A ausência de documentação acarretará a inabilitação do licitante em relação ao certame.

4.3. As propostas deverão ser apresentadas em envelopes específicos.

4.4. Os envelopes serão entregues diretamente por representante da licitante na abertura da sessão pública.

4.5. É facultado à licitante indicar 1 (um) representante para participar das sessões públicas.

4.5.1. As empresas far-se-ão presentes da seguinte forma:

a) Por seu representante legal, quando a empresa se fizer representar por um diretor, ou um de seus sócios, ou

b) Representado por terceiro, mediante apresentação de qualquer documento abaixo, devidamente assinado pelo representante legal da empresa, com poderes estatutários e/ou contratuais para constituir mandatários, devendo o mesmo estar acompanhado do documento de identidade.



- Procuração, apresentada no original com firma reconhecida ou cópia autenticada em cartório, ou
- Carta de Credenciamento **(Anexo I)**.

4.5.2. A procuração que não contenha prazo de validade especificado no próprio corpo será considerada válida por um ano, a contar da data de sua expedição.

4.5.3. Procuração ou a carta de credenciamento deverá ser apresentada na parte externa do ENVELOPE “A”.

4.5.4. As procurações e as cartas de credenciamento serão retidas pela CPL e juntadas ao Processo Administrativo pertinente, sendo devolvidos os documentos de Identidade.

4.5.5. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

4.6. No ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO por lote deverá constar:

4.6.1. Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA, a saber:

- I - Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro do Comércio, no caso de empresa individual;
- II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- III - Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no inciso II deste subitem;
- IV - Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício, em ramo compatível com o objeto da licitação.
- V – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

4.6.2. Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL, a saber:

- I – prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- II – prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- III – prova de regularidade com a Fazenda Federal, que consistirá em certidões negativas relativas aos Tributos Federais e à Dívida Ativa, ou certidões positivas com efeito de negativas quando o crédito tributário encontrar-se suspenso, segundo o disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional, abrangendo a Certidão Previdenciária do INSS.
- IV - prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, que consistirá em certidões negativas relativas ao ICMS e à Dívida Ativa, ou certidões positivas com efeito de negativas quando o crédito tributário encontrar-se suspenso, segundo o disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional.
- V - prova de regularidade com a Fazenda Municipal, observadas as seguintes hipóteses e condições:

a) Para todos os licitantes sediados no Município de Paracambi:

- Certidão Negativa de Débitos Municipais, caso não possua nenhuma pendência, de qualquer natureza, em seu nome no cadastro municipal; ou
- Certidão Positiva com efeito de Negativa (antiga Certidão de Regularidade Fiscal), caso possua débito confesso, parcelado e com as prestações em dia junto à Municipalidade.

b) Para todos os licitantes sediados em outro Município, as seguintes certidões:



1) Em relação aos que não possuam qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município:

Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares), expedida pelo Município de sua sede, ou certidões positivas com efeito de negativas quando o crédito tributário encontrar-se suspenso, segundo o disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional; e, conjuntamente,

- Certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Paracambi.

2) Em relação aos que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro mobiliário do Município de Paracambi:

- Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida por este Município, caso não possua nenhuma pendência, de qualquer natureza, em seu nome no cadastro municipal; ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (antiga Certidão de Regularidade Fiscal), caso possua débito confessado, parcelado e com as prestações em dia junto à Municipalidade e, conjuntamente,
- Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares), expedida pelo Município da sua sede.

VI – Certidão de Regularidade de Situação com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VII - Certidão negativa de ilícitos trabalhistas emitida pela Delegacia Regional do Trabalho.

4.6.3. Documentação que ateste a QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, a saber:

I – Contrato/Estatuto Social Consolidado, comprovando possuir, até a data da abertura desta Licitação, capital social mínimo, que corresponde ao mínimo de 10 % (dez por cento) do valor estimado;

II - Balanço Patrimonial acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados, na forma de lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, discriminando os índices previstos no subitem 4.6.3.1, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

III - Certidões Negativas de Falência e Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedidas pelo(s) distribuidor(es) da sede da empresa junto com comprovação da relação do(s) distribuidor(es) que, na comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de falência, concordata e recuperação judicial ou extrajudicial, com prazo de expedição não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à data da entrega dos envelopes (Documentação e Proposta).

4.6.3.1. A comprovação da boa situação financeira da licitante para fins da presente licitação será considerada quando se constatar que possui simultaneamente:

I) **Índice de Liquidez Geral (ILG)** igual ou maior que 1,0 (um inteiro), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

II) **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** igual ou maior que 1,0 (um inteiro), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

III) **Índice de Endividamento (IE)** em valor menor ou igual a 1,0 (um inteiro), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$IE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$



Ativo Total

4.6.3.2. As sociedades constituídas há menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento previsto no inciso II do subitem 4.6.3.

4.6.3.3. Todas as demonstrações contábeis deverão ser devidamente assinadas por um profissional de contabilidade acompanhado da DHP – Declaração de Habilitação Profissional, de conformidade com a resolução n.º 871, de 23 de março de 2000 do Conselho Federal de Contabilidade.

4.6.4. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, a saber:

I – CAPACIDADE TECNICA OPERACIONAL DA LICITANTE:

a) Certificado de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) da sede do licitante, válido em conformidade com a legislação aplicável;

II – CAPACIDADE TECNICA PROFISSIONAL:

a) Certificado de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), segundo o perfil de cada profissional, válido em conformidade com a legislação aplicável;

b) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), ou certidão de acervo técnico (CAT), expedida pelo CREA, os quais comprovem que o responsável técnico possui experiência na execução dos serviços especificados no termo de referência.

III – Atestado de visita técnica a ser emitido nos termos deste Edital.

4.6.5. Declaração, conforme modelo do **ANEXO II** deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Aceita os limites do cronograma físico-financeiro apresentado pelo MUNICÍPIO
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
- Concorde com a velocidade de transporte adotada no orçamento analítico. Caso a licitante não seja capaz de praticar a velocidade considerada, a mesma deverá considerar este limitador em sua composição de custos, devendo, portanto, ser considerado o estudo de viabilidade de tráfego, a fim de que sua proposta espelhe as reais condições ofertadas no certame.
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- Observa os dispositivos estabelecidos na Res. 307, de 05/07/02, do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, no que tange à gestão de resíduos da construção civil, bem como, identificará, no ato da assinatura do Contrato, o local onde serão alocados tais resíduos (encaminhando mapa de localização do mesmo), sua distância até os locais de execução dos serviços e a autorização do INEA para seu funcionamento;



4.6.6. Os documentos exigidos no ENVELOPE “A” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32 e §§ da Lei Federal n.º 8.666/93, devidamente rubricados pelo representante legal do licitante.

4.6.7. Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão.

4.7. A proposta contida no ENVELOPE “B” - PROPOSTA DE PREÇOS – será apresentada em 1 (uma) via (uma original, outra cópia), no impresso padronizado fornecido pela administração (**Anexo V**), ou em modelo idêntico a ser apresentado pelo licitante, devidamente preenchido e assinado por pessoa devidamente habilitada, sem rasuras, emendas ou entrelinhas.

4.7.1. O envelope deverá ser rubricado no fecho pelo proponente, contendo em sua parte externa, a razão social, o número da licitação com o subtítulo ENVELOPE “B”- PROPOSTA DE PREÇOS.

4.7.2. Os preços serão cotados em reais, com data base no mês referente à data da estimativa orçamentária elaborada pelo Município, e confeccionados em algarismos e por extenso.

4.7.3. Os preços estabelecidos pela empresa para pagamento deverão considerar os custos na data de realização da licitação, englobando todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação.

4.7.4. O prazo de validade da Proposta, a ser declarado de acordo com a minuta em anexo, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de abertura do respectivo envelope.

4.8. Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas neste edital quando do julgamento das propostas.

5 – VISITA TÉCNICA

5.1. Conforme estipulado neste Edital, será exigido das licitantes Atestado de Visita Técnica ao local onde serão executados os serviços.

5.2. A visita deverá ser efetuada pelo responsável técnico da empresa, detentor da ART, devidamente munido de Carteira de Identidade e Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, e será conduzida por membro da Secretaria Municipal, sendo entregue um atestado referente à visita.

5.3. A visita técnica será realizada impreterivelmente no dia 27/10/2015, devendo ser agendada com antecedência de 2 (dois) dias úteis.

5.4. A realização de visita técnica é condição para fins de habilitação nesta TOMADA DE PREÇOS.

6 – ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. O recebimento dos envelopes contendo a documentação e a proposta se dará até o dia e hora mencionados no Preâmbulo deste edital, no local indicado para a realização da Sessão de Abertura da Licitação.

6.2. Após a hora indicada como limite para entrega da documentação e proposta, nenhum outro envelope será recebido, nem tampouco será permitida a troca de envelopes, adendos ou acréscimos aos já entregues.

6.3. O envelope “A”- DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO será aberto no dia e hora já mencionados no Preâmbulo deste Edital na sala de reunião da CPL, situada à Rua Juiz Emilio Carmo, 71 – Centro – Paracambi/RJ.



6.4. Na primeira sessão, o Presidente da Comissão, determinará a apreciação dos documentos de habilitação, inclusive os requisitos mínimos exigidos nas condições de capacitação jurídica, financeira, fiscal e técnica da licitação, sendo toda a documentação rubricada por todos os presentes.

6.5. O resultado da habilitação poderá ser divulgado na mesma reunião de abertura dos "envelopes de habilitação", desde que presentes todos os representantes das licitantes, quando será feita comunicação direta aos interessados e lavrada a respectiva ata, devendo na ausência de algum representante proceder-se à publicação do resultado no veículo oficial de divulgação do Município de Paracambi.

6.6. Comunicado o resultado aos licitantes, poder-se-á passar imediatamente à abertura dos envelopes "B" – PROPOSTA DE PREÇO, desde que todos os licitantes estejam representados e renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa à habilitação, situação na qual serão devolvidos aos licitantes inabilitados os envelopes "B" – PROPOSTA DE PREÇO, fechados.

6.6.1. A licitante que não se fizer representar na data e hora acertadas neste edital, poderá apresentar **TERMO DE RENÚNCIA**, juntamente com o envelope de HABILITAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO, que constará como renúncia expressa, nos termos do art. 43, III da Lei Federal 8.666 / 93, conforme modelo do **Anexo III**, a não apresentação do termo de renúncia, não motivarão a inabilitação de licitantes, sendo que nestes casos o licitante estará impedido de se manifestar durante a reunião de licitação.

6.7. Na hipótese de recurso contra a decisão da Comissão, na fase de julgamento da habilitação, os envelopes contendo as propostas de preços permanecerão cerrados em invólucro que será rubricado por todos os presentes na reunião, para posterior abertura.

6.8. Caso não tenha sido definida a nova data na sessão anterior ou se nem todos os licitantes tiverem tomado conhecimento naquela ocasião, haverá sua publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi ou será providenciada a comunicação direta às licitantes por notificação individual, da Comissão Permanente de Licitação, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

6.9. Serão devolvidos lacrados os envelopes que contenham as propostas de preços das firmas não habilitadas, que deverão apanhá-los no prazo de 15 (quinze) dias após divulgação do resultado do julgamento definitivo da habilitação, cabendo à Comissão Permanente de Licitação desfazer-se deles após esse prazo.

6.10. Na segunda sessão, serão abertos e examinados os envelopes de propostas, as quais serão rubricadas por todos os presentes, procedendo-se ao julgamento das propostas.

6.11. Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes ou desclassificação de todas as propostas, a CPL poderá fundamentalmente conceder ao(s) licitante(s) prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outra proposta devidamente escoimada das causas que deram origem a tal situação, prerrogativa constante do parágrafo 3 do artigo 48 da lei Federal 8.666/93

6.12. Ultrapassada a fase de habilitação e abertos os Envelopes B – proposta de preços, a CPL não mais poderá desclassificar os licitantes por motivos relacionados com a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento, prerrogativa constante do parágrafo 5 do artigo 43 da Lei Federal 8.666/93.

7 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Será considerada vencedora, após julgamento, a licitante que tendo passado da fase de habilitação, apresentar proposta adequada às exigências previstas neste Edital e em comparação com as demais apresentar o **MENOR PREÇO**.

7.2. Em caso de empate, o critério de desempate será o de sorteio, realizado em sessão pública, para a qual serão convidados todos os licitantes, na forma prevista no § 2º do artigo 45 da Lei Federal 8.666/93.

7.3. As propostas de preço serão conferidas pela Comissão Permanente de Licitação que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:



- I - onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;
- II - onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerá os preços parciais, refazendo-se o somatório;
- III - onde houver discrepância entre preço unitário e preço multiplicado pela quantidade, prevalecerá o preço unitário;
- IV - em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;
- V - em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

7.4. A correção dos preços nas condições previstas no item 7.3 deste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

7.5. Além da hipótese prevista no item 7.4 deste Edital, serão desclassificadas as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- I - não estejam devidamente assinadas;
- II - oponham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;
- III - contenham omissões em relação a dados exigidos por este Edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- IV - apresente preço manifestamente inexecutável, assim considerados as propostas cujo valor seja inferior a 70 % (*setenta por cento*) do menor dos valores indicados nas alíneas "a" e "b" do § 1º, do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.
- V - ausência de garantia nas condições exigidas neste edital
- VI - possuam preço global acima do valor estimado.
- VII - Que deixarem de cotar qualquer um dos itens ou alterarem a(s) quantidade(s) apresentada(s) na Planilha Orçamentária de Quantitativos e Preços Unitários, ressalvando o disposto no item 8.3., deste Edital.
- VIII - Que apresentarem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal 8.666/93.

7.6. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

7.7. Em circunstâncias excepcionais, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar a prorrogação de validade das propostas, o que somente ocorrerá em relação àquelas formuladas pelos licitantes que aceitarem a prorrogação.

8 - RECURSOS

8.1. É assegurado a todos os participantes do procedimento licitatório o direito de recurso contra os seguintes atos:

- I - habilitação ou inhabilitação;
- II - julgamento das propostas;
- III - anulação ou revogação da licitação;
- IV - aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

8.2. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticar o ato e será interposto dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação do ato ou de lavratura da ata, sendo protocolado somente na sala da Comissão Permanente de Licitação.

8.2.1. Na hipótese de aplicação de pena de declaração de inidoneidade, o prazo será de 10 (dez) dias.

8.3. A intimação dos atos a que se referem os incisos I, II e III do item 8.1, será feita mediante publicação no veículo oficial de divulgação do Município de Paracambi, caso não tenha se realizado pessoalmente na própria sessão, por meio do representante da licitante.

8.4. A intimação do ato a que se refere o inciso IV 8.1 será feita pessoalmente, cabendo, após a segunda tentativa frustrada, a intimação por publicação no veículo oficial de divulgação do Município de Paracambi.



8.5. Não serão conhecidos as impugnações e recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, e-mail, correios ou que não tenha sido devidamente protocolados na sala da CPL.

8.6. O recurso interposto nos casos a que se referem os incisos I e II do item 8.1 terá efeito **SUSPENSIVO**.

8.7. O **MUNICÍPIO** comunicará às demais **LICITANTES** os recursos interpostos, os quais poderão ser impugnados no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.8. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, à autoridade superior para decisão a ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

9 – DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO

9.1. O Prefeito Municipal homologará o resultado da presente licitação e promoverá a adjudicação do objeto ora licitado, sem prejuízo do disposto no parágrafo 3 do artigo 43 c/c do artigo 49, ambos da Lei Federal 8.666/93.

9.2. Uma vez homologado o julgamento e adjudicado o objeto da licitação, e empenhada a despesa, o **MUNICÍPIO** convocará a **LICITANTE** para assinar o Contrato, no prazo estipulado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 e neste Edital.

9.2.1. A notificação à adjudicatária para formalização do Termo de Contrato ocorrerá por escrito – Ofício ou através da publicação nos Atos Oficiais do Município.

9.3. A não assinatura do Contrato por desistência da **LICITANTE** vencedora ou por motivo a ela atribuível importará na aplicação de sanções previstas no item 13 deste Edital.

9.4. Presume-se a desistência da **LICITANTE** de celebrar o Contrato quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido a aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do Contrato.

9.5. Independentemente da aplicação de sanções à **LICITANTE** vencedora, o **MUNICÍPIO** poderá convocar a segunda colocada e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, para a assinatura do contrato de acordo com as condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto ao preço, ficando as licitantes desobrigadas de aceitar a oferta.

10 - REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

10.1. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados para execução dos serviços objeto deste Edital, serão irremediáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato.

10.2. A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

11. DAS MEDIÇÕES E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. As medições serão efetuadas de *30 (trinta) em 30 (trinta) dias corridos*, tendo por base os serviços efetivamente realizados, através da elaboração de boletins de medições dos serviços efetivamente levantados.

11.1.1. O prazo para pagamento será no máximo trinta dias, contados da data do adimplemento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, a, da Lei 8.666/93, desde que o respectivo pedido seja apresentado isento de erros e na repartição competente.



11.2. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão incidência de juros moratórios de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido na legislação serão feitos mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) ao mês, pro rata die.

11.3. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao MUNICÍPIO, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um centésimo por cento) ao mês, pro rata die, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

11.4. Independentemente de disposição em contrário no cronograma físico-financeiro, a última parcela corresponderá a um valor no mínimo igual a 10% (dez por cento) do valor total do contrato e somente será paga após:

- a) Publicação do despacho de recebimento provisório das obras;
- b) Verificação sobre o estado de absoluta limpeza dos canteiros de serviço.

12. PENALIDADES

12.1. A inexecução do serviço, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades, **previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:**

I - advertência;

II - multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do total da etapa em atraso injustificado;

III - multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, sendo que nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV - multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da empresa;

V - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

VI - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no inciso V, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V, conforme o disposto no artigo 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

12.2. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **MUNICÍPIO**, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

12.3. A contratada será notificada sobre a anotação da infração contratual e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação, sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do item 13.1.

12.4. A sanção prevista nos incisos II, III e IV do item 13.1 poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

12.5. Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha sido verificada ou sendo insuficiente, será promovido o desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA** após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação, não devendo o desconto ser superior a 20 % (vinte por cento) do valor de cada parcela, limite que deixará de ser observado quando se verificar que, com base no saldo contratual restante, não será possível quitar a multa.

12.6. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

12.7. O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.



13. RECEBIMENTO

13.1. A CONTRATADA executará fielmente o objeto da presente licitação, em estrita obediência a este editalício e ao Contrato a ser firmado, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial da obra e dos serviços.

13.2. Executando o Contrato, o seu objeto será recebido:

a) Provisoriamente, mediante Termo Circunstanciado, assinado pela fiscalização em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da Empresa CONTRATADA; na forma prevista na alínea “a”, do inciso I, do artigo 73, da Lei Federal nº 8.666/93.

b) Definitivamente, por um servidor ou uma organização nomeada pelo Secretário Municipal de Urbanismo, no prazo de 90 (noventa) dias corridos após Recebimento Provisório, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes, na forma da alínea “b”, do inciso I, do Artigo 73, da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser observado o disposto deste edital e conforme os subitens seguintes.

13.2.1. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir, ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra ou da má qualidade dos materiais empregados, na forma do Artigo 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.3 – A CONTRATANTE indicará o fiscal do contrato por meio de ato administrativo do Secretario Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para atuar como fiscal do contrato e atestar a execução dos serviços para permitir o seu pagamento.

14. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS

14.1. Os prazos de execução do objeto contratual e/ou de vigência do contrato poderão ser prorrogados, nos moldes do art. 57 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

15. DAS GARANTIAS

15.1. Garantia de Execução

15.1.1. A CONTRATADA, até 30 dias da adjudicação do objeto do contrato ou na data de assinatura do mesmo, deverá apresentar garantia de execução contratual de 5 % (cinco por cento) do valor da proposta vencedora, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei n.º 8.666/93, a saber:

- I – caução em dinheiro ou título de dívida pública;
- II – seguro - garantia;
- III – fiança bancária.

15.1.2. A validade da garantia de execução deverá, no mínimo, coincidir com o prazo de vigência do contrato.

15.1.3. O levantamento da garantia contratual por parte da empresa que vier a ser CONTRATADA, após a aceitação definitiva da obra e dos serviços, dependerá da solicitação da interessada, mediante requerimento, autuado e protocolado na Prefeitura do Município de Paracambi.

15.1.4. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente aos cofres do MUNICÍPIO, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

15.1.5. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o MUNICÍPIO recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa CONTRATADA, com o intuito de reparar tais danos. A CONTRATADA ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no



prazo de 03 (três) dias úteis após sua notificação.

- a) O Município de Paracambi reserva-se o direito de reter créditos e valores em favor da CONTRATADA, a fim de garantir o aludido ressarcimento.

16 – RESCISÃO

16.1. O contrato poderá ser rescindido, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições ou ainda por interesse público superveniente, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

16.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

17 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1.1. A empresa CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com previsto no artigo 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93.

17.1.2. A empresa a ser CONTRATADA obriga-se a tomar medidas preventivas para evitar danos e demais prejuízos que por si, seus prepostos ou empregados causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, inclusive as que possam afetar os serviços ao encargo de concessionárias de serviços públicos. Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a obrigação de reparar os prejuízos que vierem a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

17.1.3. A empresa a ser CONTRATADA, na vigência do Contrato a ser formado, será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, prepostos ou subordinados e pelo uso de seus equipamentos, veículos e materiais, excluindo a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade por todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil a ao ressarcimento eventual e todos os danos materiais ou pessoais causados ao MUNICÍPIO, a seus empregados ou a terceiros

17.1.4. A empresa a ser CONTRATADA será a única, a integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos, indenizações e prejuízos, de qualquer natureza, que causar a Municipalidade ou a terceiros decorrentes da execução do serviço, objeto deste Edital, respondendo por si e por seus sucessores.

- a) Os danos, prejuízos e indenizações, referidos no subitem acima, deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contados da notificação à CONTRATADA, sendo garantido ao MUNICÍPIO, o direito de reter os créditos e valores em favor da CONTRATADA, até que seja realizado o ressarcimento ou efetuado o encontro de contas ou cobradas judicialmente.

17.1.5. A empresa a ser CONTRATADA será a única responsável por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato.

17.1.6. A empresa a ser CONTRATADA se obriga a manter para os veículos e os equipamentos que venham a ser utilizados na execução dos serviços, seguro abaixo citado, durante o período contratual, ciente que o não cumprimento desta exigência implicará na aplicação das penalidades cabíveis por parte do MUNICÍPIO, observando-se sempre o princípio do contraditório e da ampla defesa.

RCF (Responsabilidade Civil Facultativa):

- DM (Danos Materiais)
- DC (Danos Corporais)

17.1.7. Os profissionais (motorista, encarregados, ajudantes e quaisquer trabalhadores da CONTRATADA)



quando da execução dos serviços, deverão apresentar-se uniformizados, devendo o uniforme, estarem padronizados com os seguintes dizeres: “À SERVIÇO DA PREFEITURA DE PARACAMBI”, bem como se apresentarem com os EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – (EPI's), tais como: capacetes, botinas de couro, capas, óculos, luvas e demais equipamentos de segurança, frente ao serviço a ser realizado.

17.1.8. A empresa a ser CONTRATADA será responsável pelos encargos pertinentes à manutenção dos equipamentos, das máquinas, dos materiais e dos veículos, incluindo a reposição de peças, pneus e o abastecimento, e pela substituição dos mesmos por outro de igual característica e de acordo com os pré-requisitos exigidos e aceitos pela empresa a ser CONTRATADA, quando estas apresentarem defeitos de qualquer natureza, ficarem paralisados e não apresentarem bons rendimentos operacionais.

17.1.9. É terminantemente proibido aos funcionários e a quaisquer trabalhadores da empresa a ser CONTRATADA que venham a participar do serviço, ingerir bebida alcoólica em serviço, bem como, a executar trabalhos que não sejam os do objetivo desta licitação, sob as penalidades cabíveis.

17.1.10. Fica terminantemente proibido aos encarregados da CONTRATADA de pedir, a terceiras, gratificações ou donativos de qualquer espécie, sob pena da CONTRATADA sofrer as sanções previstas no Edital de licitações e na legislação pertinente.

17.1.11. Caberá a empresa a ser CONTRATADA durante a vigência do Contrato disponibilizar mão-de-obra necessária à perfeita execução dos serviços..

17.1.12. A empresa a ser CONTRATADA fornecerá crachás de identificação aos seus funcionários, a fim de que possam ser identificados pela fiscalização do MUNICÍPIO.

17.1.13. A empresa a ser CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

17.1.14. A empresa a ser CONTRATADA permitirá a fiscalização livre acesso a todas as suas dependências, incluindo a inspeções dos veículos, das máquinas, dos equipamentos e do pessoal, fornecendo, quando solicitado, todos os dados e elementos necessários para análise referente à execução dos serviços, objeto deste Edital, ensejando, por todos os meios a serviços em execução.

17.1.15. A empresa a ser CONTRATADA deverá comunicar a fiscalização caso se defronte com um movimento grevista.

17.1.16. A empresa a ser CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela guarda, defesa e vigilância dos canteiros, dos materiais, das máquinas, dos veículos e dos equipamentos a serem empregados no local da obra, obrigando-se ainda a afastar qualquer empregado ou funcionário ao seu encargo, cuja presença seja considerada pela Fiscalização prejudicial ao andamento, à regularidade e à perfeição dos serviços.

17.1.17. A empresa a ser CONTRATADA deverá substituir quaisquer de seus empregados após a solicitação fundamentada da fiscalização.

17.1.18. A empresa a ser CONTRATADA deverá acatar as determinações da fiscalização do MUNICÍPIO, no sentido de reparar e/ou substituir, imediatamente, os serviços que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

17.1.19. A empresa a ser CONTRATADA responderá por violação e direito de uso de materiais, métodos ou processos, relativas à execução dos serviços, protegidos por registros, marcas ou patentes, arcando com as indenizações, tacas e/ou comissões e licenças, que forem devidas. Sendo de sua inteira e exclusiva responsabilidade, estando o MUNICÍPIO eximido das consequências de qualquer utilização indevida.

17.1.20. A empresa a ser CONTRATADA deverá respeitar as características ambientais durante a execução dos serviços, obrigando-se ainda, a manter limpo o local da obra.

17.1.21. A empresa a ser CONTRATADA deverá observar as Normas Técnicas de Saúde e Segurança do Trabalho: segundo as condições da NR-18: “Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção”, aprovada pela Portaria nº 4 de 04.07.1995 do Ministério do Trabalho – Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho – SSST/MTb, publicada no DOU de 07.07.95. Também a NBR 7678/1983: “Segurança na Execução de Obras e Serviços de Construção” (NB-252/1982).



17.1.22. A empresa a ser CONTRATADA permanece responsável pela qualidade, correção e segurança da obra, na forma do artigo 618 do Código Civil e legislação complementar, mesmo após a sua entrega e aceitação por parte do MUNICÍPIO, bem como se obriga a reparar ou refazer, à sua custa, todos os defeitos, erros, falhas ou omissões na execução da obra, verificadas antes ou depois das medições.

17.1.23. A empresa a ser CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do MUNICÍPIO, na primeira medição, o Cadastro Específico do INSS (CEI) com respectiva matrícula de identificação.

17.1.24. A empresa a ser CONTRATADA obriga-se a comprovar os recolhimentos referentes ao INSS e FGTS, incidentes sobre o objeto desta TOMADA DE PREÇOS Pública, sob pena de ser os respectivos montantes retidos pelo MUNICÍPIO com imediata comunicação ao INSS, Eventual atraso na execução do objeto por conta dos recolhimentos aqui especificados será de inteira responsabilidade da CONTRATADA que estará sujeita às sanções legais aplicáveis, sem prejuízo das previstas no presente Edital.

17.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.2.1 A empresa a ser CONTRATADA fica expressamente proibida de subcontratar totalmente os serviços, objeto deste Edital, sob as penalidades cabíveis, sem que tenha direito à indenização de qualquer espécie, independentemente de ação, notificação ou interpretação judicial.

17.2.2. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização do MUNICÍPIO, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

17.2.3. A empresa a ser CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte dos serviços, desde que, a CONTRATADA seja autorizada, por escrito, pelo MUNICÍPIO, e nos limites expressamente indicados pela Secretaria Municipal.

17.2.4. Qualquer empreiteira a ser subcontratada para a execução dos serviços parciais deverá ser previamente aceita pelo MUNICÍPIO. O pedido formal deverá indicar quais os serviços a serem executados, bem como conter uma relação de serviços semelhantes, realizados e concluídos pela subcontratada.

17.2.5. Em caso de subcontratação, a empresa a ser CONTRATADA permanecerá, integral e exclusivamente, a única responsável, tanto em relação ao MUNICÍPIO, como perante terceiros, assim como, pelos serviços porventura subcontratados, podendo, inclusive, o MUNICÍPIO exigir a substituição da empresa subcontratada, caso esta não esteja executando os serviços de acordo com os dispostos contratuais.

18 – PREÇOS

18.1. Os preços que vigorarão no Contrato corresponderão aos preços constantes da Planilha Orçamentária **(ANEXO VIII)**, propostos pela Adjudicatária.

18.2. Os referidos preços constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços e pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, civis e comerciais resultantes da execução do Contrato.

19 – ESTIMATIVA

19.1 Os valores unitários estimados encontram-se na Planilha Orçamentária **(Anexo VIII)**, perfazendo um Total Geral estimado em **R\$ 300.490,44 (Trezentos mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos).**

20 - DISPOSIÇÕES DE CARÁTER FINAL

20.1. As interessadas devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, dos locais e de todas as condições gerais e peculiares dos serviços a serem executados, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento do Contrato.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



20.2. A Administração fica reservado o direito de aceitar a proposta que melhor convier aos seus interesses, rejeitar todas, anular, revogar ou adiar esta licitação, obedecidos os preceitos legais sobre a matéria.

20.3. Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666 / 93.

20.4. É vedada a substituição do representante da empresa junto a Comissão de Licitação em qualquer fase da licitação a não ser em caso de força maior devidamente comprovado.

20.5. A empresa deverá obrigatoriamente, de acordo com o Artigo 7º da Lei n.º 8.666/93, cumprir o determinado no projeto básico e memorial descritivo assim como, observar o comprometimento do desembolso previsto no cronograma físico-financeiro com o realizado.

20.6. O MUNICÍPIO não aceitará reclamações futuras oriundas da má interpretação deste Edital ou entendimentos equivocados, não aceitando, portanto, reivindicações decorrentes desses fatos.

Paracambi, 13 de outubro de 2015.

Marcos Antonio Ferreira da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



Anexo I

À
CPL – MUNICÍPIO de PARACAMBI

(MODELO DE CREDENCIAMENTO)

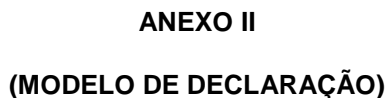
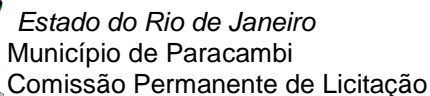
Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar da TOMADA DE PREÇOS sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
devidamente identificada

**Razão Social**

Prezados Senhores,

Em atenção ao Edital de Licitação nº _____ declaramos que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Aceita os limites do cronograma físico-financeiro apresentado pelo MUNICÍPIO.
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
- Concorde com a velocidade de transporte adotada no orçamento analítico. Caso a licitante não seja capaz de praticar a velocidade considerada, a mesma deverá considerar este limitador em sua composição de custos, devendo, portanto, ser considerado o estudo de viabilidade de tráfego, a fim de que sua proposta espelhe as reais condições ofertadas no certame.
-
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do Poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos da Lei Orgânica Municipal
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93:

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificada



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



ANEXO III

(MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA)

Paracambi,

À
CPL - MUNICÍPIO

Ref.: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS

A empresa abaixo assinada, inscrita no CNPJ sob o nº, participante da Licitação na Modalidade.....nº....., Processo nº....., promovida pela Prefeitura da Cidade de Paracambi, por intermédio de seu representante legal, na forma da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e suas alterações, vem RENUNCIAR, expressamente, ao direito de interpor recurso e ao prazo respectivo relativos a fase de HABILITAÇÃO, concordando com o prosseguimento do certame licitatório.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
devidamente identificada



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ref: Licitação nº ____/CPL/____, para Execução dos Serviços de XXXXXX

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital nº ____, eu _____, portador da carteira e registro no CREA/(estado) nº _____, declaro estar ciente e de acordo com a minha indicação pela empresa _____, como gerente de obra (*ou engenheiro residente*)¹ pelos trabalhos objeto da licitação em referência.

Data

Profissional

¹ Deverá constar a indicação exata da função a ser exercida pelo signatário



ANEXO V

Processo n.º xxx/2015

Licitação n.º xx/2015

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de empresa especializada para operação e manutenção do aterro sanitário do Município de Paracambi.

Item	Descrição	unidade	Quant	unitario	Total
01	Contratação de empresa especializada para operação e manutenção do Aterro Sanitário CTDR/ PARACAMBI para o período de 04 meses.	mes	04		

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

INSCRIÇÃO NO CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

N.º CONTA BANCÁRIA:

BANCO/AGÊNCIA:



ANEXO VI

MINUTA - CONTRATO PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO CDTR/ PARACAMBI. QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E _____

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na _____, CNPJ nº _____, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Exmo. Sr. (identificar a autoridade), e a empresa _____, situada na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____ (IDENTIFICAR REPRESENTANTE), resolvem celebrar o presente Contratação de firma especializada para operação e manutenção do aterro sanitário CDTR/Paracambi de acordo com o **processo administrativo nº ____/____ e o Edital de Licitação nº ____/____**, observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/93, o Decreto Municipal nº 7.320/06, considerando-se sempre as respectivas alterações, bem como as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução de obras de operação e manutenção do aterro sanitário CDTR/Paracambi, conforme especificado no projeto básico, **Anexo VII**, considerados partes integrantes do presente contrato.

Parágrafo primeiro. As obras e os serviços contratados serão executados sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

Parágrafo Segundo. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de assinatura do presente Contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar Plano de Trabalho descrevendo toda a metodologia a ser adotada para o detalhamento do projeto e execução das atividades contratadas, abrangendo os equipamentos a serem empregados e os efetivos de mão-de-obra por equipamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato é de 04 (quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, incluindo-se:

- a) o intervalo máximo estimado entre a assinatura e o início de sua execução (10 dias);
- b) o tempo de execução da obra (120 dias);
- c) o período para recebimento provisório (10 dias);
- d) o período para seu recebimento definitivo (120 dias).

Parágrafo Primeiro. O prazo para execução da obra é de 120 (cento e vinte) dias, conforme previsto no cronograma físico-financeiro, contados a partir do dever da **CONTRATADA** de iniciar a obra.

Parágrafo segundo. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo terceiro. Caso o prazo final de vigência deste contrato seja verificado antes da efetiva conclusão da obra e/ou de seu recebimento definitivo, considerar-se-á vigente o dever de executar o objeto contratual, mesmo que não tenha se formalizado a correspondente prorrogação, não podendo a **CONTRATADA** interromper suas atividades, salvo determinação do **MUNICÍPIO**.



CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- proceder à devida liberação da área para execução da obra, assegurando durante todo o prazo de execução e na medida de suas atribuições, o acesso da **CONTRATADA** aos locais de intervenção;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa **CONTRATADA** deverá manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com previsto no artigo 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93.

A empresa a ser **CONTRATADA** obriga-se a tomar medidas preventivas para evitar danos e demais prejuízos que por si, seus prepostos ou empregados causar ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, inclusive as que possam afetar os serviços ao encargo de concessionárias de serviços públicos. Será de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** a obrigação de reparar os prejuízos que vierem a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

A empresa a ser **CONTRATADA**, na vigência do Contrato a ser formado, será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, prepostos ou subordinados e pelo uso de seus equipamentos, veículos e materiais, excluída a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade por todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil a ao ressarcimento eventual e todos os danos materiais ou pessoais causados ao **MUNICÍPIO**, a seus empregados ou a terceiros

A empresa a ser **CONTRATADA** será a única, a integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos, indenizações e prejuízos, de qualquer natureza, que causar a Municipalidade ou a terceiros decorrentes da execução do serviço, objeto deste Edital, respondendo por si e por seus sucessores.

- Os danos, prejuízos e indenizações, referidos no subitem acima, deverão ser ressarcidos ao **MUNICÍPIO**, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contados da notificação à **CONTRATADA**, sendo garantido ao **MUNICÍPIO**, o direito de reter os créditos e valores em favor da **CONTRATADA**, até que seja realizado o ressarcimento ou efetuado o encontro de contas ou cobradas judicialmente.

A empresa a ser **CONTRATADA** será a única responsável por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato.

A empresa a ser **CONTRATADA** se obriga a manter para os veículos e os equipamentos que venham a ser utilizados na execução dos serviços, seguro abaixo citado, durante o período contratual, ciente que o não cumprimento desta exigência implicará na aplicação das penalidades cabíveis por parte do **MUNICÍPIO**, observando-se sempre o princípio do contraditório e da ampla defesa.

RCF (Responsabilidade Civil Facultativa):

- DM (Danos Materiais)
- DC (Danos Corporais)

Os profissionais (motorista, encarregados, ajudantes e quaisquer trabalhadores da **CONTRATADA**) quando da execução dos serviços, deverão apresentar-se uniformizados, devendo o uniforme, estarem padronizados com os seguintes dizeres: "À SERVIÇO DA PREFEITURA DE PARACAMBI", bem como se apresentarem com os EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – (EPI's), tais como: capacetes, botinas de couro, capas, óculos, luvas e demais equipamentos de segurança, frente ao serviço a ser realizado.



A empresa a ser CONTRATADA será responsável pelos encargos pertinentes à manutenção dos equipamentos, das máquinas, dos materiais e dos veículos, incluindo a reposição de peças, pneus e o abastecimento, e pela substituição dos mesmos por outro de igual característica e de acordo com os pré-requisitos exigidos e aceitos pela empresa a ser CONTRATADA, quando estas apresentarem defeitos de qualquer natureza, ficarem paralisados e não apresentarem bons rendimentos operacionais.

É terminantemente proibido aos funcionários e a quaisquer trabalhadores da empresa a ser CONTRATADA que venham a participar do serviço, ingerir bebida alcoólica em serviço, bem como, a executar trabalhos que não sejam os do objetivo desta licitação, sob as penalidades cabíveis.

Fica terminantemente proibido aos encarregados da CONTRATADA de pedir, a terceiras, gratificações ou donativos de qualquer espécie, sob pena da CONTRATADA sofrer as sanções previstas no Edital de licitações e na legislação pertinente.

Caberá a empresa a ser CONTRATADA durante a vigência do Contrato disponibilizar mão-de-obra necessária à perfeita execução dos serviços..

A empresa a ser CONTRATADA fornecerá crachás de identificação aos seus funcionários, a fim de que possam ser identificados pela fiscalização do MUNICÍPIO.

A empresa a ser CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

A empresa a ser CONTRATADA permitirá a fiscalização livre acesso a todas as suas dependências, incluindo a inspeções dos veículos, das máquinas, dos equipamentos e do pessoal, fornecendo, quando solicitado, todos os dados e elementos necessários para análise referente à execução dos serviços, objeto deste Edital, ensejando, por todos os meios a serviços em execução.

A empresa a ser CONTRATADA deverá comunicar a fiscalização caso se defronte com um movimento grevista.

A empresa a ser CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela guarda, defesa e vigilância dos canteiros, dos materiais, das máquinas, dos veículos e dos equipamentos a serem empregados no local da obra, obrigando-se ainda a afastar qualquer empregado ou funcionário ao seu encargo, cuja presença seja considerada pela Fiscalização prejudicial ao andamento, à regularidade e à perfeição dos serviços.

A empresa a ser CONTRATADA deverá substituir quaisquer de seus empregados após a solicitação fundamentada da fiscalização.

A empresa a ser CONTRATADA deverá acatar as determinações da fiscalização do MUNICÍPIO, no sentido de reparar e/ou substituir, imediatamente, os serviços que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

A empresa a ser CONTRATADA responderá por violação e direito de uso de materiais, métodos ou processos, relativas à execução dos serviços, protegidos por registros, marcas ou patentes, arcando com as indenizações, taxas e/ou comissões e licenças, que forem devidas. Sendo de sua inteira e exclusiva responsabilidade, estando o MUNICÍPIO eximido das consequências de qualquer utilização indevida.

A empresa a ser CONTRATADA deverá respeitar as características ambientais durante a execução dos serviços, obrigando-se ainda, a manter limpo o local da obra.

A empresa a ser CONTRATADA deverá observar as Normas Técnicas de Saúde e Segurança do Trabalho: segundo as condições da NR-18: "Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção", aprovada pela Portaria nº 4 de 04.07.1995 do Ministério do Trabalho – Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho – SSST/MTb, publicada no DOU de 07.07.95. Também a NBR 7678/1983: "Segurança na Execução de Obras e Serviços de Construção" (NB-252/1982).

A empresa a ser CONTRATADA permanece responsável pela qualidade, correção e segurança da obra, na forma do artigo 618 do Código Civil e legislação complementar, mesmo após a sua entrega e aceitação por parte do MUNICÍPIO, bem como se obriga a reparar ou refazer, à sua custa, todos os defeitos, erros, falhas ou omissões na execução da obra, verificadas antes ou depois das medições.



A empresa a ser CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do MUNICÍPIO, na primeira medição, o Cadastro Específico do INSS (CEI) com respectiva matrícula de identificação.

A empresa a ser CONTRATADA obriga-se a comprovar os recolhimentos referentes ao INSS e FGTS, incidentes sobre o objeto desta TOMADA DE PREÇOS Pública, sob pena de ser os respectivos montantes retidos pelo MUNICÍPIO com imediata comunicação ao INSS, Eventual atraso na execução do objeto por conta dos recolhimentos aqui especificados será de inteira responsabilidade da CONTRATADA que estará sujeita às sanções legais aplicáveis, sem prejuízo das previstas no presente Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de R\$ ____ (____), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro. O valor total do presente contrato é composto pelos valores unitários discriminados no anexo III deste contrato.

Parágrafo segundo. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo terceiro. Não incidirá reajuste sobre o valor previsto no caput desta cláusula em período inferior a doze meses.

Parágrafo quarto. Caso haja parcelas de pagamento a vencer após o período de 12 (doze) meses da data de assinatura do contrato, a correção será estabelecida, os preços propostos em face da Legislação Federal em vigor serão objeto de reajuste anual, para mais ou para menos, adotando-se o Índice de Custos da EMOP (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro), e calculado através da seguinte fórmula:

$R = (Im/I0) \times Po$, onde:

R – é o preço unitário contratual reajustado;

Im – Índice de Custos do Sistema EMOP correspondente ao mês de aniversário da assinatura do contrato;

I0 – Índice de Custos do Sistema EMOP correspondente ao mês da data da apresentação da proposta;

P0 – É o preço unitário contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

PROGRAMA DE TRABALHO: 16.01.18.22.0069.2222

ELEMENTO DE DESPESA: 33.9.39.00.00.00

Parágrafo único. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo primeiro. A CONTRATADA iniciará a execução contratual no prazo máximo indicado na autorização para início das obras.



Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** empregará os bens e os recursos humanos necessários para a boa execução do objeto contratual, conforme planilha estimada de pessoas que será emitida pelo **MUNICÍPIO** sempre que necessário à boa execução do Contrato.

Parágrafo terceiro. A execução do objeto contratual observará o descrito no Projeto Básico/Executivo e ou no memorial descritivo, os quais poderão ser acrescidos, revistos e alterados mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária disponível, as condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.

Parágrafo quarto. As inclusões ou exclusões de pessoal ou alteração de preços de materiais que porventura vierem a ocorrer no curso da execução do presente instrumento, necessariamente deverão ser objeto de termos aditivos a serem datados e numerados sequencialmente e subscritos pelos representantes das partes.

Parágrafo quinto. A equipe técnica indicada durante o procedimento licitatório deverá ser mantido até o final da execução da obra, sendo admitida a alteração apenas por profissional com as mesmas experiências exigidas para fins de habilitação, mediante prévia anuência do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual compete:

- a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- c) suspender a execução do serviço julgado inadequado;
- d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse dos serviços, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. Os membros da comissão prevista no caput desta cláusula, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.



Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O objeto do contrato será recebido de acordo com as etapas previstas no cronograma físico-financeiro, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o caput desta cláusula, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias após a comunicação escrita da **CONTRATADA**, devidamente acompanhada do “as built”;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o caput desta cláusula, decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir do recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo nono. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

Parágrafo décimo. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro do limite de 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

As obras e serviços a que se referem o presente contrato serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos devidos à **CONTRATADA**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá, após a assinatura do contrato, abrir matrícula específica no INSS, independentemente de sua matrícula principal, para realizar em separado o recolhimento à Previdência referente ao pessoal utilizado na obra.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento pelos serviços prestados corresponderá às atividades efetivamente executadas em cada período de 30 (trinta) dias e se dará por meio de depósito em conta bancária, em instituição a ser indicada pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O valor devido será definido pela medição correspondente a cada período, a ser realizada por meio de servidores indicados pelo **MUNICÍPIO**, em até 10 (dez) dias após o encerramento do período correspondente.

Parágrafo segundo. Em caso de desconformidade na execução da obra, o **MUNICÍPIO** não efetuará o pagamento ou pagará apenas o valor correspondente aos serviços satisfatoriamente executados e medidos no período, considerando-se os preços unitários e analisada a conveniência e oportunidade dessa alternativa.

Parágrafo terceiro. Não serão considerados nas medições quaisquer serviços executados que não estejam discriminados na planilha de quantitativos e custos unitários.



Parágrafo quarto. O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data da entrada do pedido de pagamento, isento de erros, na repartição competente.

Parágrafo sétimo. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo oitavo. Independentemente de disposição em contrário no cronograma físico-financeiro, a última parcela corresponderá a um valor no mínimo igual a 10% (dez por cento) do valor total do contrato e somente será paga após:

- a) publicação do despacho de recebimento provisório das obras;
- b) verificação sobre o estado de absoluta limpeza dos canteiros de serviço.

Parágrafo nono. O pedido de pagamento da última etapa deverá ser apresentado após a observância das condições previstas no parágrafo sétimo desta cláusula, iniciando-se a partir do preenchimento desses requisitos a contagem do prazo para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

A **CONTRATADA**, até 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato, deverá fornecer a garantia de execução contratual de 5 % (cinco por cento) do valor da proposta vencedora, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal n.º 8.666/93, a saber:

- a) caução em dinheiro ou título de dívida pública;
- b) seguro - garantia;
- c) fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

Parágrafo segundo. Em caso de prorrogação da vigência do contrato de obra, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

Parágrafo terceiro. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do termo do Contrato objeto do presente instrumento licitatório, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. O levantamento da garantia contratual por parte da empresa que vier a ser **CONTRATADA**, após a aceitação definitiva da obra e dos serviços.

Parágrafo quinto. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do MUNICÍPIO, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo sexto. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o MUNICÍPIO recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa **CONTRATADA**, com o intuito de reparar tais danos. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 03 (três) dias úteis após sua notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.



Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso, de acordo com os prazos estabelecidos no cronograma físico financeiro, aplicada por dia de atraso, observado o limite de 20% (vinte por cento);
- c) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, sendo que nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

Parágrafo primeiro. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **MUNICÍPIO**, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo segundo. As sanções previstas nas alíneas b, c e d do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente à qualquer outra.

Parágrafo terceiro. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo quinto. O valor da multa, o prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA e SUBCONTRATAÇÃO

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo primeiro. Na hipótese de anuência do **MUNICÍPIO**, o cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

Parágrafo segundo. A empresa a ser CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte dos serviços, desde que autorizada, por escrito, pelo **MUNICÍPIO**, e nos limites expressamente indicados pela Secretaria Municipal da Cidade.

Parágrafo terceiro. Qualquer empreiteira a ser subcontratada para a execução dos serviços parciais deverá ser previamente aceita pelo **MUNICÍPIO**. O pedido formal deverá indicar quais os serviços a serem executados, bem como conter uma relação de serviços semelhantes, realizados e concluídos pela subcontratada.

Parágrafo quarto. Em caso de subcontratação, a empresa a ser CONTRATADA permanecerá, integral e exclusivamente, a única responsável, tanto em relação ao **MUNICÍPIO**, como perante terceiros, assim como, pelos serviços porventura subcontratados, podendo, inclusive, o **MUNICÍPIO** exigir a substituição da empresa subcontratada, caso esta não esteja executando os serviços de acordo com os dispositivos contratuais

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, _____

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS

1 –

2 -



ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA PARA OPERAÇÃO/MANUTENÇÃO DE CÉLULA PARA TRATAMENTO DE RESÍDUO SÓLIDO LOCALIZADO NO ATERRO SANITÁRIO DE PARACAMBI – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

O Município de Paracambi, com 179.680 Km² de extensão territorial (IBGE/TCE, 2012), está situado no Estado do Rio de Janeiro na região denominada de Metropolitana e têm seus limites territoriais com os Municípios de Japeri, Itaguaí, Seropedica, Pirai, Engenheiro Paulo Frontin e Mendes sendo os três primeiros pertencentes, também, a Região Metropolitana e os três últimos a Região denominada de Sul Fluminense (IBGE/TCE, 2012).

Em 2010, segundo Censo IBGE 2010, Paracambi possuía uma população de 47.124 habitantes, sendo que o TCE/RJ, em 2012, indicou para 2011 uma população em torno de 47.635 habitantes e o IBGE previu, para 2013, uma população em torno de 48.705 habitantes (IBGE/TCE, 2012). Comparado com o Censo de 2000 do mesmo Instituto, a população do município aumentou 16,4%, sendo o 28º maior crescimento do Estado do Rio de Janeiro (IBGE/TCE, 2012).

Segundo Censo IBGE 2010, 83,55% dos domicílios urbanos tem a coleta de lixo realizada diariamente, 10,87% dos domicílios utilizam caçambas para descartar resíduos sólidos que são coletadas semanalmente e 5,58% domicílios praticam formas inadequadas para descarte destes resíduos nas Zonas Urbanas (IBGE/TCE, 2013).

Durante, aproximadamente, quatro décadas, os resíduos sólidos coletados pelos serviços públicos eram despejados em área não licenciada, no Centro da Cidade, gerando inúmeros impactos ambientais e sociais na Cidade.

Na gestão administrativa 2009/2012, a partir de convênio firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, iniciam-se os procedimentos administrativos e as ações públicas para remediação do “Lixão”, passando o transbordo dos resíduos sólidos do Município de Paracambi a ser feito em área própria e licenciada nos órgãos ambientais, localizada na RJ 093, entre os municípios de Paracambi e Japeri.

Segundo Ambiente Energia 2010, “o Município de Paracambi abriga 73 km quadrados de Mata Atlântica, o que representa cerca de 40% de seu território, estando inserido no Corredor de Biodiversidade Tinguá-Bocaina, localizado entre a Reserva Biológica de Tinguá e o Parque Nacional da Serra da Bocaina. A área do corredor possui alto índice de diversidade biológica, além de comportar a Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, por onde passam águas que abastecem e geram energia para, aproximadamente, sete milhões de pessoas da Região Metropolitana do Rio” (Ambiente Energia, 2010).

Com esses ambientes ecológicos influenciando na qualidade de vida da população paracambiense não se admite outra solução para o destino dos resíduos sólidos que não sejam de acordo com as legislações pertinentes, buscando, assim, melhorias no bem estar de todos e todas que residem nessa Cidade e ou que utilizam de seus serviços.

Em 25 de novembro de 2011, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, juntamente com a Prefeitura Municipal de Paracambi, realizou ato público de entrega das obras de remediação ambiental do lixão de Paracambi, localizado no Centro da Cidade. Para remediar este local, a Secretaria Estadual do Ambiente (SEA) investiu R\$ 3.448.333,87 do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam). As intervenções incluíram uma cobertura de proteção em todo o lixão, construção de um sistema de dreno para captação do chorumes e de um sistema simplificado para o seu tratamento. Com essa área recuperada, no mesmo ano, os resíduos sólidos gerados na Cidade de Paracambi, passam a ser descartados em uma célula, dentro dos padrões ambientalmente corretos de um aterro sanitário, localizado as margens da RJ 093.



Aterro Sanitário de Paracambi – localizado na RJ 093



Célula do Aterro Sanitário de Paracambi – localizado na RJ 093



Aterro Sanitário de Paracambi – localizado na RJ 093

Para o desenvolvimento dos serviços necessários para o manejo das trinta toneladas de resíduos sólidos previstos em descarte diário na célula do aterro sanitário (fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente) se faz o estabelecimento dos requisitos mínimos a serem considerados em conformidade com este Termo de Referência.



O presente documento foi elaborado em conformidade com estabelecido na Lei nº 8.666/1993, contendo os elementos capazes de propiciar uma avaliação clara, concisa e objetiva, pela administração pública, do custo e pertinência da contratação.

Este Termo de Referência visa ainda esclarecer as empresas participantes da licitação quanto aos seus direitos e obrigações, identificando os tipos de serviços a executar e estabelecendo as diretrizes gerais para sua execução, definindo critérios de execução, materiais e equipamentos a incorporar aos serviços, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento.

Todas as exigências da Contratante contidas neste Termo de Referência serão consideradas como de conhecimento das empresas participantes da licitação, fixando as normas a serem observadas e definindo as especificações técnicas que orientarão o desenvolvimento dos serviços.

A contratada deverá fazer um reconhecimento prévio dos locais de trabalho, não se admitindo reclamações posteriores sobre dificuldades encontradas na execução dos serviços.

O levantamento deverá se basear nas referências indicadas no anexo 2 da Lei Municipal nº 863, de 01 de novembro de 2007.

A observância e cumprimento deste Termo de Referência não exime a contratada de qualquer procedimento adicional necessário para correta execução dos serviços, e nem servirá de pretexto para ilidir ou afastar sua responsabilidade pela execução contratual.

Assim, o presente Termo de Referência visa estabelecer preceitos e procedimentos mínimos a serem contemplados, e fornecer informações que permitam a elaboração e formalização das propostas para participação no certame.

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para operação e manutenção de célula de descarte de resíduos sólidos no Aterro Sanitário localizado na RJ 093, Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, conforme descrição dos serviços na planilha orçamentária.

O objeto desta contratação poderá sofrer acréscimos ou supressões, nos termos e nos limites previstos no art. 65, da Lei nº. 8.666/93, alterado pela Lei nº. 9.648/98.

OBJETIVO

A Prefeitura Municipal de Paracambi, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, pretende contratar pessoa jurídica especializada visando à prestação dos serviços de operação e manutenção de célula de descarte de resíduos sólidos no Aterro Sanitário localizado na RJ 093, Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, atendendo às necessidades da Administração nos níveis de qualidade exigidos, com menor custo.

Espera-se, com a contratação almejada, operar e manter a Célula do Aterro Sanitário nos parâmetros ambientais exigidos pelas legislações pertinentes.

Os serviços serão executados sob o regime de execução indireta, mediante empreitada por preço global, de acordo com o disposto na alínea "a", do inciso II do Art. 10 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E METODOLOGIAS DE TRABALHO

A Contratada deverá executar os serviços expressamente relacionados a seguir, assim como todos aqueles necessários à plena execução do objeto deste Termo de Referência:

- a) Mobilização dos equipamentos necessários à execução dos serviços, incluindo fornecimento de água, frete, deslocamentos de equipamentos (dentro ou fora do terreno), guarda de equipamentos e materiais;
- b) Suprir o serviço de máquinas, ferramentas e mão de obra, necessárias à execução dos serviços e que possibilitem imprimir andamento aos trabalhos, suficiente para conclusão no prazo contratado;
- c) Proceder à instalação dos equipamentos e à implementação dos serviços necessários, dentro das normas gerais pertinentes;
- d) Fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual de uso obrigatório exigido pela legislação, de conformidade com a natureza dos serviços que serão executados por cada membro da equipe;



- e) Caso seja necessário, fornecer e instalar, no local de execução dos serviços, eventuais placas exigidas pelos órgãos locais de fiscalização e licenciamento, sem ônus para a Contratante;
- f) A execução dos serviços ser dirigida por Profissional devidamente inscrito no Conselho Regional de Engenharia (CREA), que deverá apresentar, no início dos serviços, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ART.
- g) Ao término dos trabalhos diários, o (a) Contratado (a) deverá registrar, em diário de serviço próprio, todas as atividades executadas, bem como realizar com periodicidade registros fotográficos que comprovem as ações desempenhadas no período e confeccionar mapa de tempo.

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO

Operação

A correta manutenção e operação do aterro sanitário é requisito básico e imprescindível para a adequada destinação final dos resíduos sólidos.

A fim de evitar que os resíduos venham a poluir o ambiente, a operação deverá colocar em prática uma série de procedimentos de engenharia que visam compactar e selar os resíduos em células para que sejam degradados biologicamente, ao mesmo tempo deverá manter em perfeitas condições todos os dispositivos de proteção e monitoramento do aterro sanitário.

Os resíduos dispostos inadequadamente, sem qualquer tratamento, pode contaminar o solo, alterando suas características físicas, químicas e biológicas, constituindo-se num problema de ordem estética e numa séria ameaça à saúde pública.

Desta forma, todos os serviços deverão ser realizados, em conformidade com as normas técnicas, visando à proteção ambiental.

Acessos

Com o objetivo de manter a operacionalidade do Aterro Sanitário, deverão ser feitas estradas de acesso com valas e calhas nas laterais quando estas forem precedidas de talude. Deverão ser realizadas as devidas manutenções destas drenagens, para o perfeito escoamento das águas da chuva. Para o acesso propriamente dito, deverá ser feita regularização periódica e colocação de material granular conferindo assim trafegabilidade.

Deverá ser garantido também o acesso à frente de serviço principalmente em épocas de chuva, com o uso de material granular. Os acessos construídos sobre as células de lixo das etapas deverão ser feitos sobre uma camada de argila compactada de 20 cm de espessura e sobre esta será lançada uma camada de 20 cm de cobertura com material de argila e estas vias deverão receber atenção especial, sua manutenção deverá ser constante, de maneira a garantir o tráfego dos equipamentos de operação do Aterro Sanitário.

Descarga de resíduos

A descarga de resíduos sólidos pelos caminhões deverá ocorrer na frente da célula em operação.

Célula de Descarga

A frente de trabalho da célula deve possuir largura suficiente para a descarga simultânea de dois caminhões compactadores, e as camadas de resíduos sólidos devem possuir espessura de 3,00 metros de altura de resíduos compactados.

Taludes

Os taludes deverão ter inclinação de 1 (vertical) : 2 (horizontal) nas áreas de aterro sanitário (disposição de resíduos).

Procedimento operacional



Os resíduos descarregados deverão ser espalhados pelo talude e compactado por trator de baixo para cima, formando inclinação de 1 (vertical) : 3 (horizontal) para proporcionar maior uniformidade de compactação. O trator deverá subir e descer a rampa de 3 a 6 vezes, de modo que os trilhos do trator compactador fiquem um ao lado do outro sobre a massa de resíduos, reduzindo assim ao mínimo do volume de lixo depositado (geralmente, um terço do volume inicial).

Deverá haver cobertura periódica dos resíduos com camada de solo para evitar o arraste de materiais pela ação dos ventos, a proliferação de moscas, roedores e outros vetores de doença, evitar o aspecto antiestético dos resíduos dispostos, facilitar a movimentação das máquinas e veículos sobre o aterro, e propiciar o escoamento superficial, dificultando a infiltração de águas precipitadas na massa de resíduos. No final do dia a área deverá ser regularizada com uma camada de 20 cm de argila compactada, ficando assim a célula sanitária.

Equipamentos necessários para operação do aterro sanitário

Para as atividades de disposição dos resíduos, compactação da massa de resíduos e a cobertura final, serão utilizados os seguintes equipamentos:

Trator de esteiras:

Para uma compactação adequada da disposição de lixo objetivando obter a densidade específica de projeto, e para execução da base ser utilizado de trator de esteiras para compactação de resíduos, com peso superior a 10 toneladas.

Escavadeira Hidráulica:

Para escavação do solo, carregamento de caminhões com material para cobertura, abertura de valas para drenagem pluvial e de percolados, levantamento e assentamento de tubos de concreto de drenagem de gases.



Trator Esteira e Escavadeira a esteira

Caminhão caçamba:

Para transporte de solo para cobertura dos resíduos, macadame para acessos, brita para drenos, tubos de concreto e materiais de construção em geral.

Caminhão tipo vacol com equipamento combinado de jato d água de alta pressão com sucção por ação de vácuo com capacidade de 6 mil litros:

Para lavagem de equipamentos, molha de solo diminuindo particulados no ar e entorno e sucção de chorume com descarte em área licenciada no órgãos competentes.



Caminhão Caçamba



Caminhão Vacol

Horário de funcionamento

As atividades desenvolvidas na célula do aterro deverão ser realizadas de segunda à sábado, no horário das 07:00 às 19:00 horas, sendo que ao final da jornada de trabalho a equipe deverá manter o aterro em perfeitas condições para receber as primeiras cargas de resíduos no dia posterior. Caso necessário a empresa poderá realizar atividades extras aos finais de semana a fim de corrigir quaisquer problemas ocorridos durante a semana.

Monitoramento e Manutenção

Deverá ser mantido durante toda a operação célula do aterro sanitário o monitoramento de todos os processos envolvidos na disposição final dos resíduos, visando apresentar pontos que podem ser melhorados ou deficiências que possam ocorrer; No caso destas deverão ser tomadas medidas emergenciais para a resolução célere dos problemas.

Visando a manutenção preventiva dos sistemas, deverão ser realizadas vistorias diárias de todos os sistemas envolvidos na atividade, bem como poderão ser solicitadas, pelo fiscal do contrato, análises de sólidos e aquíferos para monitoramento ambiental.

Relatórios

Ao final de cada mês deverão ser entregues ao fiscal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Paracambi, relatórios das condições da célula do aterro sanitário, com informações pertinentes a operação e manutenção de todos os sistemas e de sua conformidade com o projeto, conforme segue:

1. **Drenos de gases** - Condição física e apontamento de ampliações;
2. **Drenos de líquidos** - Condição física, apontamento das ampliações e condição de condução de líquido percolado;
3. **Drenagem pluvial** - Condições físicas, vulnerabilidade, obstruções e apontamento de ampliações;
4. **Vias de trânsito internas** - Integridade física das vias, apontamento de manutenção feita no período;
5. **Cobertura de resíduos** - Acompanhamento da cobertura seguindo as condicionantes da LAO;
6. **Fatos extraordinários** - Acompanhamento das atividades relatando ações excepcionais à operação rotineira;
7. **Inspeção** - Avaliação dos sistemas de operação e manutenção através de formulário específico;

Segurança e Medicina do Trabalho

]

Os funcionários da licitante vencedora deverão apresentar-se uniformizados e asseados, com blusas fechadas, calças e calçados profissionais, além de luvas e capas protetoras em dias de chuva, e de outros eventuais vestuários de segurança, tal como dispositivos refletivos nas vestimentas, bonés, capacetes e outros que as condições do serviço exigem.



A empresa contratada deverá implementar os programas específicos de medicina e segurança do trabalho, bem como fornecer, treinar e controlar o uso dos equipamentos de proteção individual (EPIs) ou coletivos (EPCs), bem como promover cuidados para evitar acidentes e controlar a invasão de terceiros ou a permanência de pessoal não autorizado nas frentes de trabalho.

Para as equipes de trabalho deverão ser fornecidos, em quantidade necessária e suficiente, uniformes, equipamentos adequados de proteção individual e coletiva e ferramentas apropriadas a cada tipo de trabalho.

A licitante vencedora será a responsável pela sinalização e pela segurança individual e coletiva, referente à proteção dos trabalhadores e de terceiros, onde os serviços estiverem sendo executados.

É terminantemente proibido aos empregados da licitante vencedora fazer catação ou triagem, ingerirem bebidas alcoólicas em serviço, e pedirem gratificações ou donativos de qualquer espécie.

Rotina Operacional

A empresa contratada deverá adotar as seguintes rotinas na recepção dos resíduos:

- ✓ Receber os caminhões previamente cadastrados;
- ✓ Identificar os transportadores;
- ✓ Registrar e verificar a procedência dos caminhões;
- ✓ Acompanhar e Registrar toda a operação;
- ✓ Registrar entrada e saída de terceiros;
- ✓ Manter livro de ocorrência.

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA

As despesas decorrentes da execução do Contrato a ser firmado correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

16. Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
0069. Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
0069.2222. Implantação do Sistema Municipal de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos;
3.3.9.0.39.00.00.00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
0100. Recurso Próprio;
Código Reduzido 944.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

A metodologia de avaliação se dará através de fiscalização a ser exercida por comissão de servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

A Comissão de Fiscalização solicitará, periodicamente, relatórios e diários de Serviços;

A Comissão de Fiscalização será formada por pelo menos três servidores (efetivos ou comissionados) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sendo um com função de coordenador e os demais funções auxiliares.

CUSTO ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

Estima-se, para contratação deste serviço, o valor global de _____ mil reais (R\$_____).

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O pagamento financeiro será feito de acordo com medições de serviços executados no mês de avaliação, até o décimo dia útil de cada mês, após análise do fiscal, devendo constar no processo de pagamento, além da nota fiscal devidamente atestada, o relatório, diários de serviços e relatório fotográfico.

DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



A execução dos serviços deverá atender, além das disposições contidas neste Termo de Referência, as normas e práticas complementares relacionadas, principalmente, a segurança e bem estar do funcionário, prevenção a impactos ambientais e observância as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais aplicáveis ao objeto do contrato.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Será exigida, no processo licitatório, a comprovação de capacitação técnica das interessadas em participar do certame. A comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação será feita através de pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, comprovando sua responsabilidade técnica na execução dos serviços similares ao descrito no Objeto deste termo.

A exigência de comprovação de experiência anterior da licitante é imprescindível e pertinente para a segurança da contratação, em razão de que não é plausível e razoável a permissão no Edital do processo licitatório de participação de empresas que não apresentem o mínimo de experiência na execução dos serviços objeto do processo licitatório. Assim, por se tratar de projeto de grande importância, que subsidiará outro grande projeto com valor significativo, é necessário que a empresa licitante possua e comprove, além da capacitação técnica de seus profissionais, experiência anterior na execução de serviços de porte compatível com o objeto da licitação.

A comprovação de experiência anterior da empresa é necessária, pois a execução desse tipo de serviço exige da empresa a capacidade de desempenhar diversas atividades: o adequado provimento de materiais e mão de obra; a mobilização de profissionais; a capacidade de subcontratação e coordenação de outras empresas, quando for o caso, e se o contratante assim o permitir; a gestão administrativa e comercial do serviço. Todas estas exigências recaem na empresa, pessoa jurídica, como organização empresarial, e não podem ser supridas apenas com a experiência técnica dos profissionais.

PROPOSTA COMERCIAL

Na proposta apresentada pelo interessado para execução dos serviços deverão estar devidamente detalhados todos os serviços previstos, discriminados por quantidades, preços unitários e preços globais;

O licitante deve elaborar a sua proposta com base nas especificações deste Termo de Referência, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de serviços, de quantitativos, dos custos e tudo mais que for necessário para o cumprimento total das obrigações decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência.

FISCALIZAÇÃO

Será designado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente a comissão representante da Administração Pública responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços contratados, bem como os funcionários responsáveis pela atestação das notas fiscais e faturas correspondentes, nos termos do artigo 67 da Lei no 8.666, de 1993.

A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representantes da Contratante, designado para acompanhar o serviço, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

A Contratada, por intermédio de seus representantes e prepostos, prestará as informações e esclarecimentos necessários, sempre que solicitados pela Fiscalização.

Quaisquer exigências da Contratante e seus representantes, inerentes ao fiel cumprimento do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços até cinco (05) dias úteis após o recebimento da ordem de início, adotando todas as providências relativas à mobilização de pessoal, equipamentos e instalações que atendam as necessidades do serviço.

A Contratante poderá suspender os serviços em execução, total ou parcialmente, sempre que por motivo justificado julgar necessário, cabendo-lhe, ainda, determinar o seu reinício.

Quaisquer casos de omissão ou dúvidas neste Termo de Referência deverão ser formalmente apresentados pelo responsável técnico pela execução dos serviços à apreciação da Fiscalização. Nenhuma modificação ou trabalho adicional será executado pela Contratada sem a prévia e expressa autorização da Fiscalização, respeitadas todas as disposições e condições contratualmente estabelecidas.

Se a contratada recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, a Contratante poderá efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da Contratada.

Sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, a Contratada poderá, durante a execução do Contrato, subcontratar parte dos serviços, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total contratado.

A subcontratação não traz prejuízo às responsabilidades legais e contratuais da Contratada.

ENCARGOS DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 são obrigações da contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Notificar ao Contratado, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, inclusive quanto a defeitos no seu objeto, determinando sua regularização e fixando prazo para a sua correção;

Efetuar pagamento à Contratada no valor resultante da prestação do serviço, nas parcelas e valores estipulados neste Termo de Referência;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços do Contratado;

Atestar as Notas Fiscais apresentadas pela contratada e efetuar os pagamentos devidos;

Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

ENCARGOS DA CONTRATADA

Os serviços, objeto do presente Termo de Referência serão executados pela contratada, obedecendo ao disposto no respectivo instrumento convocatório e seus anexos, condizente com a Lei nº 8.666, de 1993;

A contratada obriga-se, ainda, a:

I. Realizar os serviços durante o prazo previsto neste termo;

II. Prestar todos os esclarecimentos eventualmente solicitados pela contratante;

III. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços prestados;

IV. Responsabilizar-se pelos danos causados à administração ou a Terceiros, quando da prestação dos serviços;

V. Assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução contratual, bem como por eventuais demandas de caráter cível ou penal;

VI. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na contratação correspondentes, devendo comunicar à Administração, por escrito, qualquer normalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários;



VII. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na contração objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;

VIII. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade que atenda eficientemente este Termo de Referência;

IX. Reparar, corrigir, reconstruir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

X. Responsabilizar-se, durante o horário previsto para a execução dos serviços, pela preservação do local e dos pertences ali depositados;

XI. Utilizar, na execução do objeto do Contrato, somente pessoal em situação trabalhista, previdenciária e securitária regulares, bem como observar as normas que dispõem sobre segurança e medicina do trabalho, assim como as de boa conduta profissional, quando nas instalações do Contratante;

XII. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

XIII. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

XIV. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao local de execução do serviço;

XV. Comunicar à Fiscalização do Contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade verificada no decorrer da prestação dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados

XVI. Obter todas as licenças, aprovações e franquias eventualmente necessárias à execução dos serviços contratados, pagando as suas expensas os respectivos emolumentos e taxas e obedecendo às leis, regulamentos e posturas referentes aos serviços e à segurança pública, obrigando-se a pagar as multas porventura impostas por esses órgãos;

XVII. Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelos demais órgãos competentes, que abranjam os serviços contratados.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

I. Advertência;

II. Multas:

a) **Multa compensatória** 5% (cinco por cento) sobre a parcela inadimplida do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição nele estabelecida;

b) Multa **compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços não executados, no caso de inexecução parcial do contrato;

c) Multa **compensatória** de 1,0% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição contratual não especificada nas alíneas “a” e “b” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

d) Multa **compensatória** de 10,0% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida do contrato em caso de recusa em efetuar a correção, caracterizando a recusa caso a correção não se efetivar nos 10 dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição ou defeito;

e) Multa **compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua rescisão por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis.

DISPOSIÇÕES GERAIS

O Termo Contratante trata-se da Prefeitura Municipal de Paracambi por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O Termo Contratada, trata-se da empresa responsável pela execução dos serviços.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



O Termo Fiscalização, trata-se do(s) servidor(es) designado(s) para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;